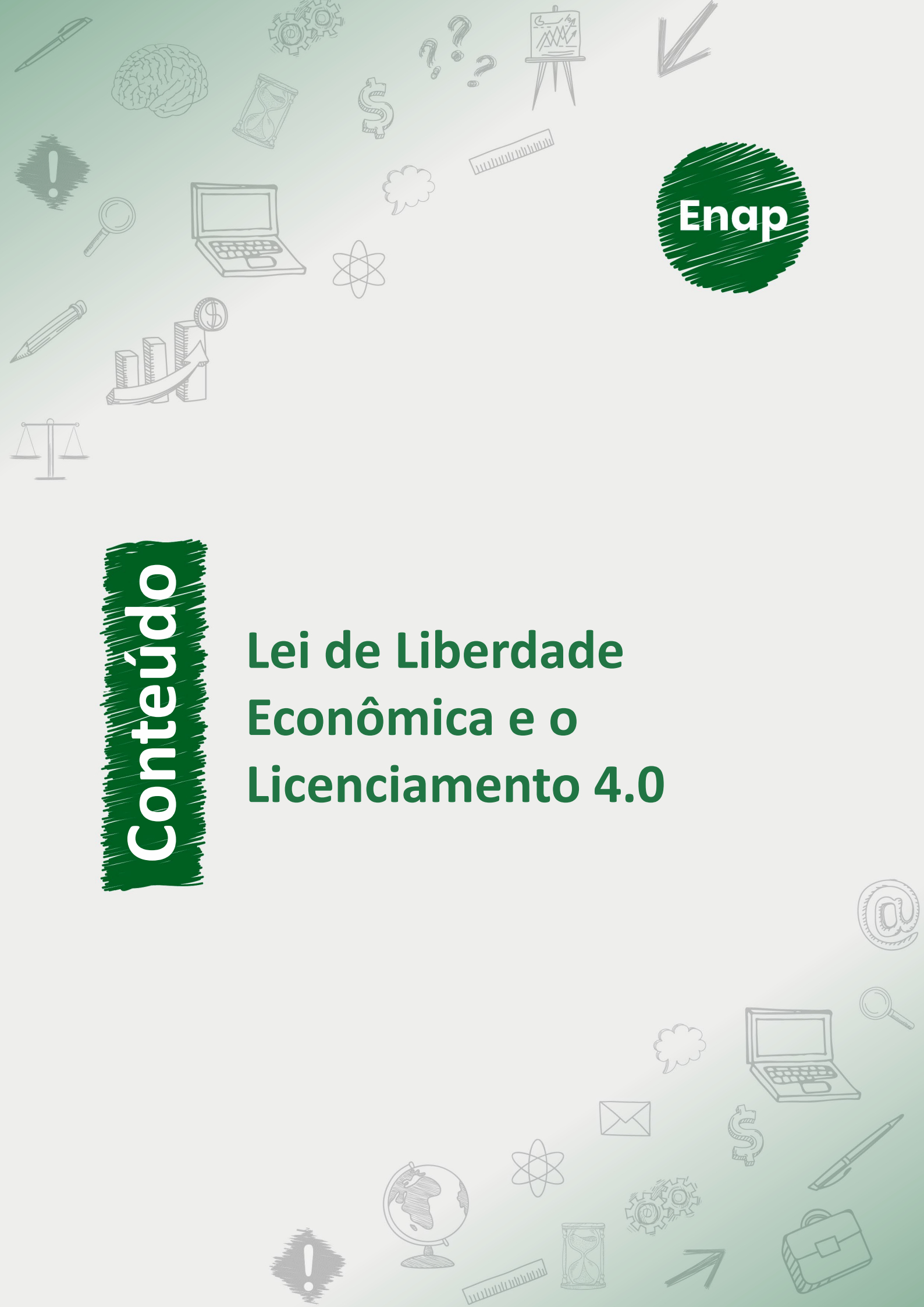




Enap

Conteúdo

Lei de Liberdade Econômica e o Licenciamento 4.0





Fundação Escola Nacional de Administração Pública

Presidente

Diogo Godinho Ramos Costa

Diretor de Desenvolvimento Profissional

Paulo Marques

Coordenador-Geral de Produção Web

Carlos Eduardo dos Santos

Equipe responsável

Carlos Eduardo dos Santos (Coordenação web, 2020)

Felipe Pessoa (Conteudista, 2020)

Geanluca Lorenzon (Conteudista, 2020)

Iara da Paixão Corrêa Teixeira (Coordenadora, 2020)

Patrick Coelho (Implementação, 2020)

Sanny Saraiva (Multimídia, 2020)

Desenvolvimento do curso realizado no âmbito do acordo de Cooperação Técnica FUB / CDT / Laboratório Latitude e Enap.

Curso produzido em Brasília, 2020.



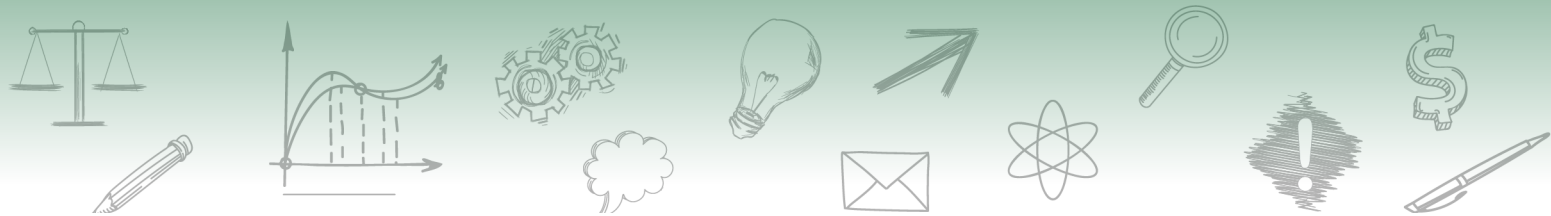
**Escola Nacional de
Administração Pública**

Enap, 2020

Enap Escola Nacional de Administração Pública

Diretoria de Educação Continuada

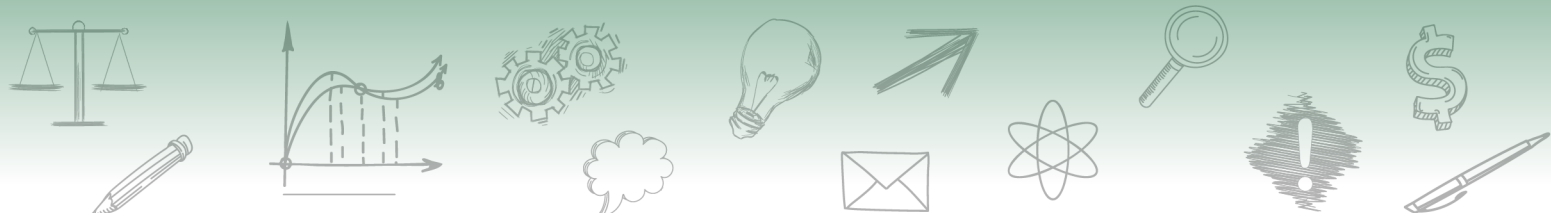
SAIS - Área 2-A - 70610-900 — Brasília, DF



Sumário

Módulo 1 – Introdução à Lei de Liberdade Econômica e Licenciamento 4.0	5
Unidade 1: A Lei nº 13.874/2019 e a Modernização do Estado	5
Unidade 2: Ato Público de Liberação e o Teste das Seis Hipóteses	5
Módulo 2 – Matriz de Risco	6
Unidade 1: Princípios da Lei de Liberdade Econômica aplicados ao Licenciamento 4.0	6
Unidade 2: Aplicações da Matriz de Risco	6
Unidade 3: Modelo de Ato Administrativo	7
Unidade 4: Planejamento de Longo Prazo e Metas	7
Unidade 5: Aspectos importantes do Licenciamento 4.0	7
Módulo 3 –Aprovação Tácita e Enquadramento de Risco	8
Unidade 1: Silêncio Administrativo	8
Unidade 2: Aprovação Tácita	8
Unidade 3: Aprovação Tácita no Mundo	8
Unidade 4: Aprovação Tácita no Brasil	8
Referências.....	9





Módulo

1 Introdução à Lei de Liberdade Econômica e Licenciamento 4.0

Ao final deste módulo, você será capaz de reconhecer a importância da Lei nº 13.874/2019, mais conhecida como “Lei de Liberdade Econômica”, e os principais pontos do Decreto nº 10.178/2019, que regulamenta essa Lei, analisando a contribuição desses normativos para a política de modernização e desburocratização do Estado. Na segunda unidade desse módulo, você identificará os principais atos públicos de liberação econômica e aprenderá algumas dicas para a aplicação do “Teste das Seis Hipóteses”.

Unidade 1: A Lei nº 13.874/2019 e a Modernização do Estado

Você conhece a Lei de Liberdade Econômica?

Bem, se você chegou até esse curso, já deve ter ouvido falar, ou já se deparou, em suas atividades no trabalho ou mesmo fora desse contexto, com a Lei nº 13.874, de 20 de setembro de 2019. Essa Lei também é conhecida como Lei de Liberdade Econômica (LLE) e instituiu a Declaração de Direitos de Liberdade Econômica com o estabelecimento de garantias do mercado livre, dentre outras alterações legislativas.

Assista ao vídeo a seguir, que será, vamos assim dizer, a nossa porta de entrada para o curso. Nele, será ressaltada a importância de os servidores públicos e demais cidadãos conhecerem a LLE e as legislações relacionadas a fim de trazer mais efetividade, modernização e desburocratização ao serviço público brasileiro. Vamos nessa?



[Vídeo 1 Mód. 1 – Parte 1](#)

Unidade 2: Ato Público de Liberação e o Teste das Seis Hipóteses

Agora que você já reconheceu a importância da Lei nº 13.874/2019 para a modernização do Estado, nessa unidade você identificará alguns atos públicos de liberação e aplicação do Teste das Seis Hipóteses.

Mas você conhece o Teste das seis Hipóteses? Ficou com vontade de conhecer? Assista ao vídeo a seguir e descubra.



[Vídeo 2 Mód. 1 – Parte 02](#)



Módulo 2 Matriz de Risco

Nesse módulo você vai conhecer os princípios da Lei de Liberdade Econômica e sua relação com a classificação dos riscos que fundamenta o ato de licenciamento. Você ainda será capaz de reconhecer os principais elementos de uma matriz de risco, bem como poderá identificar os níveis de riscos, suas especificidades e os procedimentos administrativos simplificados para as solicitações de atos públicos de liberação de atividades econômicas.

Unidade 1: Princípios da Lei de Liberdade Econômica aplicados ao Licenciamento 4.0

A Lei de Liberdade Econômica instituiu a Declaração de Direitos de Liberdade Econômica, que estabelece normas de proteção à livre iniciativa e ao livre exercício de atividade econômica.

Essa Lei enumera alguns princípios que norteiam as ações voltadas para essa proteção à livre iniciativa e ao livre exercício de atividade econômica e contribuem significativamente para a política de modernização e desburocratização do Estado.

Assista ao vídeo a seguir e veja alguns pontos importantes desse regramento, em especial no que se refere aos princípios da LLE. Vamos juntos nessa?



[Vídeo 3 Mód. 2 – Cena 01](#)

Unidade 2: Aplicações da Matriz de Risco

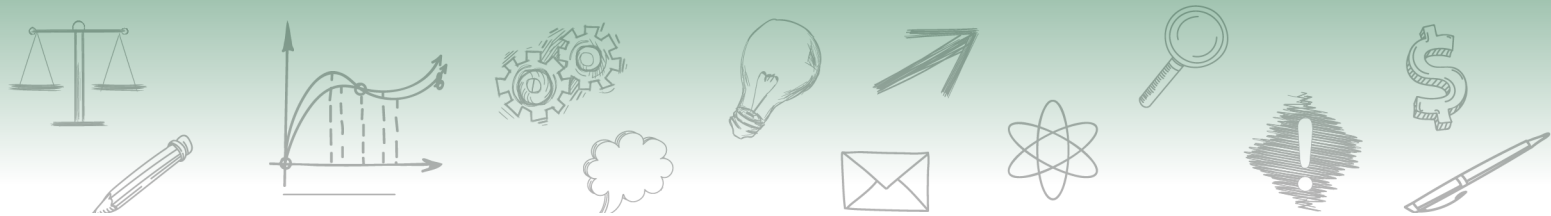
Certamente você já se deparou em algum momento da sua vida com situações em que você pôde identificar que se tratava de uma situação de risco. Será bem provável também que seu órgão possua algumas diretrizes acerca da gestão de riscos. Mas, você sabe o que é uma matriz de risco? E como os riscos podem ser classificados? Quais são os subsídios conceituais para a aplicação prática de uma matriz de risco? Você já parou para pensar sobre isso?

Para saber as respostas para essas questões, assista ao vídeo seguinte.



[Vídeo 4 Mód. 2 – Cena 02](#)

Bem, você já descobriu que os riscos são classificados em diferentes níveis. Mas, que elementos podem ser considerados para a classificação dos riscos? Como podemos definir em que situações o licenciamento será classificado em nível de risco I, II ou III? Que elementos são considerados na classificação do risco I, II ou III? Os próximos vídeos tratam exatamente dessas questões. Assista-os!



[Vídeo 5 Mód. 2 – Cena 03](#)

Nesse vídeo você aprenderá que elementos o órgão precisa considerar para decidir entre o nível de risco II ou III. Assista ao vídeo a seguir e confira!

[Vídeo 6 Mód. 2 – Cena 04](#)

Unidade 3: Modelo de Ato Administrativo

Estamos tratando, nesse curso, da Lei de Liberdade Econômica e é fundamental que você saiba o modelo de ato administrativo que pode ser aplicado na liberação de atividades econômicas.

Assista ao vídeo e veja se você já conhecia esse modelo. Vamos nessa?

[Vídeo 7 Mód. 2 Cena 05](#)

Unidade 4: Planejamento de Longo Prazo e Metas

Nessa unidade vamos abordar a importância do planejamento de longo e o estabelecimento de metas. Você aprenderá dicas importantes sobre a matriz de riscos e sobre a classificação dos riscos, além de perceber a necessidade do estabelecimento de metas a longo prazo para o processo de liberação de atividades econômicas. Você também compreenderá a necessidade do estabelecimento de uma política de arquitetura de dados para esse contexto do licenciamento 4.0

Assista ao vídeo a seguir e verifique!

[Vídeo 8 Mód. 2 Cena 06](#)

Unidade 5: Aspectos importantes do Licenciamento 4.0

Olá, chegamos à última unidade do módulo 2 e vamos abordar aspectos importantes a serem considerados na aplicação da política de licenciamento das atividades econômicas, analisando as principais dúvidas surgidas ao longo do processo de implantação dessa política.

Estão preparados? Então vamos lá!

[Vídeo 9 Mód. 2 Cena 07](#)



Módulo 3 Aprovação Tácita e Enquadramento de Risco

Ao final desse módulo você será capaz de reconhecer o instituto jurídico do silêncio administrativo e da aprovação tácita e suas implicações, ainda, conhecerá experiências de aprovação tácita no mundo e no Brasil, analisando os efeitos da aprovação tácita antes e após a publicação do Decreto nº 10.178/2019, instrumento jurídico que trata dos critérios e dos procedimentos para a classificação de risco de atividade econômica e fixa o prazo para aprovação tácita.

Unidade 1: Silêncio Administrativo

Você sabe o significado da expressão *silence is consent*? Sabe como esse conceito se aplica ao mundo do direito? Assista ao vídeo a seguir e verifique que essa expressão é muito comum no nosso cotidiano.

🎬 [Vídeo 10 Mód. 3 – Aprovação Tácita – aula 1 parte 1](#)

Unidade 2: Aprovação Tácita

Você já sabe o que é silêncio administrativo, mas, você já ouviu a expressão “aprovação tácita”? No vídeo seguinte, você entenderá o significado da aprovação tácita e os efeitos jurídicos provocados por ela, além de relacionar esse conceito ao silêncio administrativo. Vamos lá?

🎬 [Vídeo 11 Mód. 3 – Aprovação Tácita – aula 1 parte 2](#)

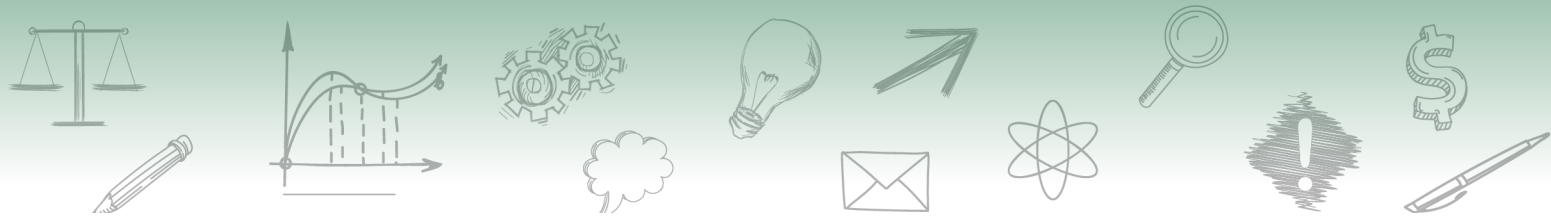
Unidade 3: Aprovação Tácita no Mundo

Você já sabe o que é aprovação tácita e seus efeitos jurídicos, mas, como ocorre a aplicação da aprovação tácita no mundo? Assista ao vídeo a seguir e confira como ocorre a aprovação tácita nos países europeus e em alguns países americanos.

🎬 [Vídeo 12 Mód. 3 – Aprovação Tácita – aula 2 parte 1](#)

Unidade 4: Aprovação Tácita no Brasil

Como ocorre a aprovação tácita no Brasil? Assista ao vídeo seguinte e verifique como era a aprovação tácita antes e como ficou após o advento do Licenciamento 4.0.



[Vídeo 13 Mód. 3 – Aprovação Tácita – aula 2 parte 2](#)

Para finalizar o nosso estudo sobre aprovação tácita assista ao vídeo e verifique as hipóteses previstas no Decreto nº 10.178/2019 para a não aplicação da aprovação tácita.

[Vídeo 14 Mód. 3 – Aprovação Tácita – aula 3](#)

Chegamos ao final do nosso curso. Esperamos que os conhecimentos adquiridos possam auxiliar você em suas atividades em busca de um Estado mais eficiente e moderno.

Até um próximo curso!

Referências

BRASIL. **Lei nº 13.874, de 20 de setembro de 2019.** Institui a Declaração de Direitos de Liberdade Econômica, arts. 1º a 5º. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/L13874.htm > Acesso em: 30.6.2020.

BRASIL. **Decreto nº 10.178, de 18 de dezembro de 2019.** Regulamenta dispositivos da Lei nº 13.874, de 20 de setembro de 2019, para dispor sobre os critérios e os procedimentos para classificação de risco de atividade econômica e para fixar o prazo para aprovação tácita e altera o Decreto nº 9.094, de 17 de julho de 2017, para incluir elementos na Carta de Serviços ao Usuário. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D10178.htm > Acesso em: 30.6.2020.

CUNHA FILHO, Alexandre Carneiro J.; PICCELLI, Roberto Ricomini; MACIEL, Renata Mota (Coords.). **Lei da Liberdade Econômica Anotada:** Lei nº 13.874, de 2019. São Paulo: Quartier Latin, 2020, 2 vols.

MARQUES NETO, Floriano Peixoto; RODRIGUES JR., Otavio Luiz; LEONARDO, Rodrigo Xavier (Orgs.). **Comentários à Lei de Liberdade Econômica:** Lei 13.874/2019. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2019

SALOMÃO, Luis Felipe; CUEVA, Ricardo Villas Bôas; FRAZÃO, Ana (Coords.). **Lei de Liberdade Econômica e seus impactos no direito brasileiro.** São Paulo: Revista dos Tribunais, 2020

SANTA CRUZ, André; DOMINGUES, Juliana Oliveira; GABAN, Eduardo Molan (Orgs.). **Declaração de Direitos de Liberdade Econômica:** comentários à Lei 13.874/2019. Salvador: JusPodivm, 2020

THAMAY, Rennan; TAMER, Maurício; GARCIA JUNIOR, Vanderlei. **A Liberdade Econômica:** uma análise material e processual da Lei nº 13.874/2019. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2020

OLIVEIRA, Amanda Flávio de (Org.). **Lei de Liberdade Econômica e o ordenamento jurídico brasileiro.** Belo Horizonte, São Paulo: D'Plácido, 2020